

CARTAS SOBRE A *CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS*: JOSÉ DE ALENCAR E A CARACTERIZAÇÃO DA LITERATURA NACIONAL

Gênesson Johnny Lima Santos¹

Universidade Federal do Ceará

Resumo: No Romantismo, nossos escritores buscavam romper com Portugal, procurando no passado elementos para propor uma identidade brasileira. Então, o índio tornou-se o principal componente da *cor local* e foi retratado em diversas obras, como *A Confederação dos Tamoios*, poema de Magalhães. Tal obra gerou discussões no meio intelectual e recebeu críticas, dentre elas as de José de Alencar. Este trabalho objetiva mostrar o que caracterizaria nossa Literatura, na visão alencarina, através das cartas regidas acerca da obra mencionada, com base nas leituras, sobretudo, de Castello (1953) e Ribeiro (1974). Perscrutadas genericamente, delas foram extraídas as passagens mais pertinentes ao propósito.

Palavras-chave: Crítica alencarina; nacionalidade literária; dados locais.

Resumen: En el Romanticismo, nuestros escritores pretendían desvincularse de Portugal, buscando en el pasado elementos para proponer una identidad brasileña. Así, el indio tornó el principal componente del “color local” y fue retratado en diversas obras, como *A Confederação dos Tamoios*, poema de Magalhães. Esa obra generó discusiones y críticas de intelectuales, dentro ellos José de Alencar. Este trabajo objetiva mostrar lo que caracterizaría nuestra Literatura, según Alencar, mediante sus cartas regidas a la dicha obra, con base, sobretudo, en las lecturas de Castello (1953) y Ribeiro (1974). Analizadas genéricamente, de ellas fueron extraídos los pasajes más pertinentes al presente propósito.

Palabras-clave: Crítica alencarina; nacionalidad literaria; datos locales.

1. Trabalho apresentado ao Prof. Marcelo Almeida Peloggio, sob sua orientação, como requisito de aproveitamento de créditos e avaliação na disciplina Literatura Brasileira I, ministrada pelo referido docente no Curso de Letras da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Introdução

Reza a história do Brasil que, durante o período colonial, nosso país foi alvo de invasões estrangeiras. Diferentes foram as razões pelas quais levaram povos de outros lugares a organizar expedições marítimas e aportar nesse território. Entre os invasores, destacam-se os franceses. Isso porque, na época, a França vivenciava um período conflituoso ocasionado, sobretudo, por divergências ideológicas entre católicos e protestantes. Estes últimos, devido às perseguições do catolicismo, aqui buscaram refúgio planejando se fixar permanentemente no intuito de fundar no litoral a França Antártica. Entretanto, Portugal já havia iniciado um processo de colonização e reagiu à ação dos franceses por meio do então Governador-Geral, Duarte da Costa, que não obteve êxito em nenhuma das tentativas. Anos mais tarde, o Governo-Geral passou às mãos de Mem de Sá, que iniciou novamente outra campanha para expulsá-los.

Com o objetivo de resistir e defender a França Antártica, os franceses conquistaram o apoio dos índios habitantes daquela região, os Tamoios, e estes, incentivados por aqueles, se uniram a outras tribos e criaram uma confederação no intuito de guerrear contra o colonizador português, um inimigo comum para índios e franceses.

Sobre tal episódio de nossa história, o poeta Gonçalves de Magalhães (1811-1882) escreveu um poema épico intitulado *A confederação dos Tamoios* (1956). Porém, tal obra gerou muitas discussões no meio intelectual, e o poeta foi alvo de diversas críticas, dentre as quais se destacaram as do escritor José de Alencar (1829-1877) que, na época, recém-iniciado na carreira literária, manifestou-se publicamente sobre o poema: assinando sob o pseudônimo *Ig*, escreveu cartas alegando a “inferioridade” da obra perante a relevância do episódio retratado. O presente estudo, portanto, objetiva identificar e apresentar o que caracterizaria a literatura nacional,

na perspectiva alencarina, através do estudo da crítica que o mesmo fez à obra de Magalhães em suas *Cartas Sobre A Confederação dos Tamoios*.

Para Aderaldo Castello (1953:09) o que se acentua nessas missivas é, na verdade, a revelação da estética do autor do que a crítica propriamente dita. E o mesmo, inclusive, observa que o próprio José de Alencar não se considerava um crítico literário, conforme ressaltou logo no início de sua primeira carta, alegando que escreveria suas impressões acerca da leitura que fez do poema. Entretanto, essas importantes observações não impedem a reflexão sobre o assunto, reconhecendo nelas o valor crítico necessário para a realização desse trabalho.

Dessa forma, as referidas epístolas foram perscrutadas genericamente, com base nas leituras, sobretudo, de Santiago Nunes Ribeiro (1974), que defendeu a existência de uma literatura brasileira desde 1843, e de José Aderaldo Castello (1953), que fez um estudo sobre os textos regidos por Alencar acerca da obra de Magalhães. Assim, de tais missivas foram extraídos os fragmentos mais pertinentes ao presente propósito.

O Romantismo brasileiro e a identidade nacional

Desde as primeiras manifestações literárias no Brasil, muitas discussões surgiram acerca da nacionalidade de nossas letras e, por muito tempo, propagou-se a ideia de que tais produções pertenciam à Literatura Portuguesa, devido tanto às diversas relações que se estabeleciam entre a colônia e a metrópole, quanto ao fato de serem escritas numa mesma língua. E, tomados por essa última concepção, a de “língua comum”, muitos foram os escritores, a exemplo de Almeida Garrett e Alexandre Herculano, que passaram a considerar, até então, as obras produzidas aqui no Brasil como pertencentes a um único sistema literário, no caso, o de Portugal.

Mas, como sabemos, a caracterização da nacionalidade literária ultrapassa uma visão meramente geopolítica e restrita a um simples aspecto

linguístico. Até porque “se encerrarmos a obra literária na unicidade da língua” ou se a concebermos simplesmente “como um monumento linguístico, destruiremos o acesso a suas formas como formas da literatura como um todo.” (BAKHTIN 1997:105). Por conseguinte, para uma coerente caracterização literária, dever-se-ia levar em conta:

O espírito, que anima, à ideia que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro, de um foco de vida social. Este princípio literário e artístico é resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua. (RIBEIRO apud COUTINHO, 1974:34).

Para Veríssimo, (1998:02), nossa emancipação literária se deu com o Romantismo, uma vez que nesse momento a literatura produzida no Brasil já expressava um pensamento e um sentimento que não se confundia mais com os de Portugal, inclusive, essas “divergências” estavam presentes na forma artística, que já não era mais inteiramente portuguesa, apesar da comunidade da língua.

Nesse sentido, o Romantismo brasileiro nasce logo após a independência política do Brasil, configurando num movimento anticolonialista e antilusitano, como uma forma de rejeitar a literatura produzida na época da colônia, aos modelos da cultura portuguesa, pois, conforme observa Peloggio (2008) “o diálogo mantido entre as literaturas do Brasil e Portugal fora marcado por um vínculo muito mais estreito do que se poderia imaginar, por iniciativa de ambos os lados, no período compreendido”.

Nosso Romantismo durou aproximadamente 50 anos e é dividido em três fases: a primeira geração, com ênfase no nacionalismo e no espírito

nativista, a segunda geração, com destaque para o ultrarromantismo e a terceira geração, na qual se releva o sentimento social e liberal. Entretanto, nos deteremos à primeira fase: nessa geração, os românticos tinham a preocupação de “propor” uma identidade brasileira, que se desvinculasse da de Portugal, buscando no passado histórico elementos de origem nacional.

Por tal motivo, os primeiros românticos ficaram conhecidos como nativistas, uma vez que suas obras retratavam os silvícolas, numa representação idealizada, vivendo livremente na natureza. Isso porque “o nativismo brasileiro encontrou no índio e sua civilização um símbolo de independência espiritual, política e literária” (COUTINHO 2004:24). Portanto, nessa perspectiva, o elemento indígena foi transformado no símbolo do homem livre e incorruptível.

Assim, como traços essenciais, esse movimento literário, aqui no Brasil, apresentou de forma proeminente o sentimento nacionalista, destacando-se o indianismo, o regionalismo, a pesquisa histórica, folclórica e linguística, ademais da crítica aos problemas sociais.

O livro *Suspiros poéticos e saudades* é considerado como o marco inicial do Romantismo no Brasil. Escrito por Domingos José Gonçalves de Magalhães, o Visconde de Araguaia, seu prefácio traz os tópicos fundamentais do movimento, em sua primeira fase: a religião, o individualismo, o sentimentalismo, o patriotismo, a liberdade de expressão e o senso histórico. Ademais da obra acima citada, Magalhães escreveu, entre outras, *A confederação dos Tamoios*, um poema épico que se baseava em um episódio real da história de nosso País, fato já mencionado.

Em 1854, a obra foi submetida à apreciação do Imperador e somente dois anos depois foi publicada em edição imperial. Isso explica, consoante Castello (1953:11), porque a defesa de D. Pedro II, ao refutar as cartas de Alencar, está mais atrelada às questões de patrocínio e de sua posição como protetor das letras no Brasil, do que aos aspectos relacionados à estética

literária propriamente dita. Na referida obra, ao converter o índio em herói e símbolo da coletividade brasileira em oposição à figura do colonizador lusitano, Magalhães propõe a afirmação da nacionalidade transformando em *Epos* o elemento aborígine.

Não obstante, tal poema foi motivo de muitas discussões, devido seu caráter paradoxal, na opinião de alguns, por celebrar simultaneamente o índio e o catequizador, quando deveria, conforme as próprias características do movimento, optar por uma das vertentes. Devido a isso, e a outras coisas que não convém mencionar no momento, o poeta sofreu muitas críticas de diversos escritores, entre os quais se destacou José de Alencar.

Filho de um ilustre senador do Império, José Martiniano de Alencar cursou Direito, mas preferiu atuar como político, jornalista e escritor, sendo esta última atividade a que mais lhe proporcionou destaque posterior, por ser considerado como o principal prosador do Romantismo brasileiro. Tendo a mesma concepção de Santiago Nunes Ribeiro (1974:36) de que “a literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência de um povo”, em suas subjeções, que fez à obra do Visconde de Araguaia, Alencar manifesta sua posição em relação às correntes nacionais e delinea o programa da literatura indianista que seguiria nos anos seguintes.

A Publicação de *A confederação dos Tamoios*, em 1856, configurou-se, então, como um evento marcante do nosso Romantismo tanto pelo fato de ter provocado uma expectativa em torno de seu lançamento, já que Gonçalves de Magalhães havia sido precursor de novas ideias literárias e, antes mesmo do poema ser concluído, houve uma série de elogios prematuros à obra por parte de Porto-Alegre, que constituía o círculo amistoso do poeta, quanto pela polêmica criada devido às cartas que José de Alencar, na época um jovem redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, e pouco conhecido nos meios literários da corte, escreveu, nas quais refutava a qualidade da obra do então Visconde.

As cartas de Alencar e a caracterização da literatura brasileira

Na primeira carta, a crítica de Alencar (1960:865) volta-se para a “falta de arte” que Magalhães expõe ao descrever a *natureza brasileira*, quando diz que a invocação ao sol feita pelo o poeta exprime pouco entusiasmo e poesia, ademais, acrescenta Alencar que o poeta parece ter esgotado todo o sua inspiração no trecho que fala sobre o Amazonas, e que por esse motivo alega a falta de inspiração no trecho que descreve o Paraná. Assim escreveu: “No trecho sobre o Amazonas há alguns versos lindíssimos, algumas imagens muito felizes, mas é bastante longo; o poeta parece ter esgotado nêle tôda a sua inspiração, que fêz-lhe falta na descrição do Paraná”.

Ainda sobre essa primeira epístola, José de Alencar faz duras críticas à descrição dos *costumes indígenas*. Para o mesmo, não há beleza no poema de Magalhães em relação à vida dos silvícolas. Isso porque, posteriormente, de acordo com Castello (1953:27), a visão que Alencar apresentou do índio americano foi predominantemente lírico, que se evidenciava nas relações entre o elemento aborígine e o português, simbolizando a fusão dessas raças na formação do tipo brasileiro.

Na segunda missiva, destaca-se a crítica de Alencar em relação à *conformação estética* do poema. O autor de *O Guarani* critica Magalhães pela escolha do modelo épico, uma vez que um poeta brasileiro, na concepção do escritor, deveria se afastar ao máximo das influências européias. Desse modo, para Alencar “A forma com que Homero cantou os gregos não serve para cantar os índios; o verso que disse as desgraças de Tróia, e os combates mitológicos não pode exprimir as tristes endechas do Guanabara, e as tradições selvagens da América”, (ibidem:875)

De certa forma, a crítica de Alencar se justifica, nesse sentido, por serem os gêneros literários (e os discursivos, em geral) um produto das práticas sociais de um povo. Assim, prescindir o modelo épico, que é, por

sua vez, tipicamente europeu e que inferimos ter se tornado conhecido no Brasil pelos próprios europeus. Então, a opinião de Alencar convergia plenamente com os ideais do movimento a propósito de uma literatura nacional.

Já na terceira epístola, Alencar reclama que o elemento feminino, no poema de Magalhães, não passa de uma figura sem a menor (ou sem a devida) relevância, como se o poeta limitasse a figura da mulher indígena apenas ao modo de se vestir e não pela sua “essência”:

É uma mulher como qualquer outra; as virgens índias do seu livro podem sair dêle e figurar em um romance árabe, chinês, ou europeu; se deixas sem as penas de tucano que mal as cobrem, podiam vestir-se à moda em casa de Mme. Barat e Gudin, e ir dançar a valsa no Cassino e no Clube com algum deputado. (ibidem:878)

Na carta de número quatro, Alencar apresenta suas percepções acerca da poesia, atribuindo-lhe um caráter divino. Essa discussão que o escritor faz sobre essa “divindade” é, na verdade, uma maneira subjacente, de atestar a inexistência do belo, isto é, da poesia, na obra em questão. Ademais, Alencar atribui um caráter de irmandade existente entre a poesia, a pintura e a música. Para Castello (1953:17), essa associação amplamente desenvolvida nessa carta adquire um significado muito grande para o estudo da expressão na obra do romancista.

Ainda sobre essa mesma missiva, vale ressaltar que a crítica de Alencar foca-se, inclusive, na *linguagem indígena* utilizada pelo poeta. Para o mesmo, não bastava “jogar” uma variedade de termos indígenas e achar que com isso a obra estaria à altura e, assim, descreveria a figura do índio. O que fez Magalhães, segundo o autor de *Iracema*, foi descrever o índio, símbolo de pureza e liberdade, aos olhos europeus. Isso porque, para Alencar, um verdadeiro poeta nacional deveria estar alheio às convicções do homem civilizado.

De há algum tempo se tem manifestado uma certa tendência de reação contra essa poesia inçada de têrmos indígenas, essa escola que pensa que a nacionalidade da literatura está em algumas palavras: a reação é justa, eu também a partilho, porque entendo que essa escola faz grande mal ao desenvolvimento do nosso bom gôsto literário e artístico. (ibidem:885)

Em relação à quinta epístola, que deveria ser a última, o então redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* retoma suas percepções acerca da linguagem, agora como um todo, e da estética literária. Sobre esse aspecto, Alencar ressalta a “débil” musicalidade no poema do Visconde de Araguaia:

O Sr. Magalhães no seu poema d'A *Confederação dos Tamoios* não escreveu versos; alinhou palavras, mediu sílabas, acentuou a língua portuguesa à sua maneira, criou uma infinidade de sons cacofônicos, e desfigurou de modo incrível a sonora e doce filha dos romanos poetizada pelos árabes e pelos godos. (ibidem:890)

Vale ressaltar que, ainda nessa mesma missiva, José de Alencar reclama o modo prescindível como o Visconde de Araguaia retratou a *história local*, através dos bustos históricos. Para ele, o Sr. Magalhães, como diria o mesmo, não deu a devida relevância para personalidades que contribuíram de maneira excelsa para a formação não apenas da cidade do Rio de Janeiro, mas também para a formação da história do país em geral:

Mem de Sá, Estácio de Sá, Salvador Correia, os fundadores e primeiros alcaides do Rio de Janeiro, não merecem uma página do poema, entram apenas como partes mudas no fim da representação, para assistirem ao desfecho. O senhor Magalhães prefere ocupar-se com um certo Brás Cubas, [...] do que descrever-nos êsses bustos

históricos, que [...] formaram o frontispício da primeira cidade da América. (ibidem: 892)

Porto Alegre, Monte Alverne e, num caso peculiar no Brasil, o próprio Imperador D. Pedro II, saíram em defesa de Magalhães. Alencar, por vez, recobra a crítica e escreve mais três cartas concluindo suas subjeções, ao poema, com oito missivas no total. É nesse momento que percebemos que o teor das cartas contribuiu para o adensamento da atividade crítica naquele ensino, revelando a existência de uma dimensão pública para o debate literário, praticamente inexistente nos períodos anteriores.

Dessa forma, na sexta carta, o autor de *Lucíola* critica a posição dos defensores de Magalhães que, para tal refutação, submetem-se ao sentimento de “afetividade”, isto é, os defensores de Magalhães, para Alencar, prescindem os preceitos literários e relevam os preceitos pessoais tornando a defesa meramente amistosa:

Então reflito que era necessário não confundir o irmão de letras de um poeta que defende o livro de seu amigo servindo-se das armas da razão e da inteligência, com o camarada de escola que atira pedras e cabeçadas em quem passa e bole com o seu discípulo. (ibidem: 897)

Para Aderaldo Castello (1953:10-11), a defesa de Porto-Alegre, por exemplo, além de “agressiva”, não dispunha de “um momento de elevação de pensamento e de doutrina literária apreciável”, ao contrário do Imperador, que de forma moderada e sem tom de “grosseria”, procurou focar suas refutações apenas no conteúdo que as cartas traziam sobre o poema de Magalhães.

No tocante à sétima missiva, já com um tom de “ponto final”, Alencar retoma e enfatiza sua opinião denunciando, desta vez com mais objetividade, a inferioridade da realização do poema de Magalhães ante

o objeto maior que se pretendia retratar, no caso o Brasil subjacente ao episódio da rebelião de um grupo indígena contra o colonizador português, influenciados pelos franceses:

Voltando porém aos *Tamoios*, é força dizer [...], que o Sr. Magalhães não só conseguiu pintar a nossa terra, como não soube aproveitar tôdas as belezas que lhe ofereciam os costumes e tradições indígenas, que êle copiou dos cronistas sem dar-lhes o menor realce. (ibidem:905)

Alencar exprimiu suas últimas subjeções ao poema, na sua oitava missiva, alegando que *A Confederação dos Tamoios* não poderia ser enquadrada no gênero didático, ou seja, não poderia ser considerado como um poema histórico, contrariando os defensores de Magalhães, pelo fato de o poema conter o elemento *maravilhoso*, que é essencial para a epopeia e que não pode existir num poema histórico.

Dessa forma, o autor de *Ubirajara* mostra que, apesar de mal traçada, a obra de Magalhães se enquadra no gênero épico, não apenas pelo esboço que Alencar traça entre as características do gênero e da obra referida, mas também pelo fato de, segundo o mesmo, não restar alternativa para o poeta, já que sua intenção era relatar um fato histórico.

Ademais disso, ainda sobre essa última carta, Alencar a conclui ressaltando que o papel de um crítico literário desperta certo “mal estar”, mas que, assim como fez o próprio, este deve adotar uma conduta de imparcialidade ao pretender perscrutar uma obra:

O papel do crítico tem sempre um laivo de odiosidade; mas espero que quem me conhecer, e souber que não fui levado por despeito e sim pelo desejo de que a imprensa assinalasse mais do que com uma simples notícia, o aparecimento de uma obra nacional; julgará de minha opinião sem envolver nela os sentimentos do homem. (ibidem:914)

Segundo Cândido e Castello (2008:193) a carreira de Alencar principiou com as crônicas que posteriormente foram reunidas sob o título de *Ao Correr da Pena* (1856), todavia a notoriedade deveu-se a essas polêmicas cartas, no mesmo ano, contra o poema de Magalhães.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que o que caracterizaria a literatura brasileira, na ótica alencarina, é justamente o fato de esta ser um produto da valorização espontânea e sincera dos *dados locais*. Assim, para o mesmo, as obras deveriam traçar um painel formado pela natureza e os costumes de determinada região. Em outras palavras, a literatura nacional resultaria dos preceitos morais de cada povo, das suas crenças, dos fenômenos linguísticos, da interação social, dos fatos da história local e, inclusive, dos aspectos particulares de sua geografia.

Não a esmo, Alencar, posteriormente, criou uma literatura nacionalista na qual empregou um vocabulário e uma sintaxe típica do Brasil, evitando, dessa forma, o estilo lusitano que até então prevalecia na literatura aqui produzida. Ademais, em suas obras, propôs uma nova interpretação literária para fatos marcantes da colonização, a exemplo da busca pelo ouro e a expansão territorial do País, interpretação que o poema de Magalhães, vez por outra, trouxe com certa indiferença ou irrelevância.

Isso porque a literatura constitui-se como um patrimônio cultural de um povo, uma vez que por meio dela são expressos seus conhecimentos, suas crenças e seu modo de perceber o mundo. Ela configura-se, portanto, como uma manifestação da própria natureza humana e como um registro das relações do homem nas mais diversificadas práticas sociais. Por tais razões a arte literária transcende os limites de um movimento artístico, vai além da estética propriamente dita, e “recria” as experiências de vida em seu percurso histórico, apontando ideologias, ações políticas e imprimindo

as peculiaridades de um período. Ou seja, como diria Bakhtin (2000:214), “o contexto de valores em que se realiza e é pensada a obra literária não se reduz apenas ao contexto literário”.

Portanto, para José de Alencar, *A Confederação dos Tamoios* ainda estava atrelada às formas clássicas, apesar de Magalhães ter sido, historicamente, o principal propagador das ideias do Romantismo no Brasil. E sobre esse assunto, Castello (1953:12) acrescenta-nos que o cultivo de diferentes gêneros literários por parte de Magalhães estava relacionado ao fato deste se preocupar, na época, tanto com a nacionalização de nossa literatura, quanto em realizar uma reforma romântica, ou seja, de inovar e de fixar novas tradições literárias, apesar de sua formação clássica.

Por tal motivo, na obra mencionada, conforme Alencar, o índio deveria ter sido retratado com mais poesia e com mais proeminência, por ser ele, de maneira idealizada e em nível simbólico, a origem do povo brasileiro. Assim, naquele momento, eram imprescindíveis, para a afirmação dessa identidade literária, que se transpusessem as tradições indígenas para a ficção, além de relatos de lendas, crenças, usos, festas e demais manifestações culturais. Era necessário, portanto, aliar os hábitos da vida e da cultura popular à beleza natural e exótica das terras brasileiras.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José de (1960). Cartas sobre a confederação dos tamoios. In *Obra Completa*. Rio de Janeiro, José Aguilar, pp.863-922.

BAKHTIN, Mikhail (2000). *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo, Martins Fontes, pp. 201-220.

_____. (1997). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. São Paulo, Hucitec, pp. 90-109.

CÂNDIDO, Antonio; CASTELLO, J. A (2008). *Presença da literatura brasileira: história e antologia*. 13. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 157-275.

CASTELLO, José Aderaldo (1953). *A polêmica sobre A Confederação dos Tamoios*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pp. 07-46.

COUTINHO, Afrânio dos Santos, org. (2004). *A literatura no Brasil: era romântica*. Vol.3. 7. ed. rev. atual. São Paulo, Global.

PELOGGIO, Marcelo Almeida (2008). Santiago Nunes Ribeiro e José de Alencar: filhos presentes da literatura brasileira. In *Revista dos Encontros Universitários Moreira Campos*. 01(1): 01-10.

RIBEIRO, Santiago Nunes (1974). Da nacionalidade da literatura brasileira. In Afrânio dos Santos Coutinho, org. *Caminhos do pensamento crítico*. Vol.1. Rio de Janeiro, Americana Prolivro, pp. 30-61.

VERRÍSSIMO, José (1998). Introdução. In *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira a Machado de Assis*. Brasília, EUB, pp. 02-16.

Data de recebimento: 24/05/2011

Data de aprovação: 10/06/2011